

Editorial

ECONOMIA

- Brasil

O bom exemplo dos indianos

A ÍNDIA recebeu esta semana uma honrosa notícia, capaz de oferecer lições relevantes para o Brasil: conquistaram o chamado *investment grade*, o grau de investimento atribuído aos países com baixo risco de calote em sua dívida. É destinado exclusivamente às economias com alta capacidade de atração de investimentos. A elevação da nota atribuída à Índia deixa os brasileiros numa situação incômoda – para dizer o mínimo. Torna-se o único país do BRIC (grupo de nações emergentes formadas por Brasil, Rússia, Índia e China) que não é considerado seguro para investimentos.

Desde que, em 2003, os economistas da consultoria financeira Goldman Sachs conceberam a sigla, o país aos poucos se distanciou do grupo dos grandes emergentes entre os emergentes. Pois bem. Eis o que a Índia acaba de nos avisar: o Brasil precisa urgentemente discutir como poderá impedir que seja desligado dessa liga. Aliás, se a ordem do acrônimo obedecesse hoje às realidades econômicas dos citados países à sua efetiva importância no sistema globalizado, a sigla deveria ser CIRB – China, Índia, Rússia e, como patinho feio, o Brasil.

Mais grave. Enquanto os demais atingem altitudes elevadíssimas em matéria de crescimento econômico, o país se debate como, enfim, alcançar um espetáculo que jamais chega. Segue em frente, mas lentamente. Não acelera, mas patina. Cresce, mas pouco, muito pouco. Estudo recente do FMI mostrou que o grupo de emergentes cresceu 65% entre 1997 e 2006 – acima da média mundial (43%) e da brasileira (22%).

Números como esse demonstram que a discussão no Brasil é equivocada. Em vez de debater se o país cresceu mais ou menos que no ano anterior, seria preciso questionar se o crescimento está perto ou longe do ideal ou daquilo que é possível. Os avanços desejáveis, contudo, não surgirão por obra e graça de uma mística e falsa “vontade política”.

A elevação da nota indiana é resultado de uma virtuosa combinação de reformas estruturais e de políticas monetária e fiscal consistentes, que asseguraram a estabilidade econômica daquele país. Assim funciona para todos. Tais atributos conduzem a perspectivas de crescimento sustentado, atração de capitais estrangeiros, balanços externos sólidos e, sobretudo, uma posição fiscal em consolidação. É o que se espera do Brasil. E aí, sim, na condução das reformas que permita trilha semelhante, parece imprescindível “vontade política”.

Lisa Schineller, a diretora do grupo de *ratings* soberanos da Standard & Poor's (S&P), lembrou que há uma “expectativa positiva” para o Brasil, “mas essa expectativa não significa que o grau de investimento será elevado”. No mesmo dia da boa notícia para os indianos, no entanto, o Bra-

O Brasil vem aos poucos se distanciando do grupo dos grandes emergentes

sil assistiu ao anúncio de números perturbadores. As despesas, informou-se, cresceram em passo mais acelerado do que as receitas e as contas federais ficaram mais apertadas em 2006. Em ano eleitoral, as três esferas de poder optaram por gastar mais. Cumpriu-se a meta de superávit primário de 4,25% do PIB, mas o esforço fiscal ficou bem abaixo do que em 2005.

Ou o Brasil trabalha para obter melhores indicadores e balanços fiscais, que permitam uma mais saudável composição da dívida pública, ou se distanciará cada vez mais da exuberância dos outros grandes emergentes. A receita é conhecida. Requer, acima de tudo, a redução do peso do Estado sobre a economia, algo a ser atingido apenas quando reformas como a tributária, trabalhista e previdenciária saírem do terreno da fantasia e se tornarem, enfim, realidade. Essa é a vontade que falta ao Brasil.